

A EQUIDADE NOS PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO INICIAL

DIAS, Jennifer Soares de Menezes

MIRANDA, Marília Gouveia de

SANTOS, Soraya Vieira

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura – NEPEEC / FE-UFG

jennifersoares1@hotmail.com

mgmiranda@uol.com.br

soraya_vieira@hotmail.com

Este trabalho vincula-se ao projeto “Equidade na educação: o eclipse da desigualdade”, desenvolvido desde 2008 no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (NEPEEC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob coordenação da professora Dra. Marília Gouveia de Miranda, com apoio do CNPq. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando compreender como se processa a discussão sobre a “equidade” nos artigos publicados nos periódicos mais representativos da área de educação.

O termo “equidade” tem ascendido no contexto das reformas educacionais, ocorridas em todo o mundo e, particularmente, na América Latina, a partir de 1990. Esta palavra frequentemente tem sido utilizada como substituta da “igualdade” em documentos importantes na concretização das reformas educativas, sendo referida nestes documentos como um princípio fundamental nas propostas de desenvolvimento econômico e social.

O princípio da “igualdade” remete ao contexto da Revolução Política Francesa e da Revolução Industrial Inglesa, ocorridas em meados do século XVIII e que instituíram o molde do século XX e as bases para a organização ocidental moderna (HOBSBAWM, 2003). Essa dupla revolução assegurou, pela primeira vez na história, o reconhecimento da igualdade formal entre os indivíduos e fundou uma nova maneira de conceber o indivíduo, a sociedade e o processo educativo, elementos que permitem compreender a particularidade histórica do capitalismo.

Nesse contexto, a escola consolida-se como uma promessa redentora, capaz de solucionar as desigualdades por meio do acesso ao conhecimento, sendo este não mais controlado pela Igreja, mas disponível a todos. Porém, essa oferta escolar não é igualitária. Ao contrário, revela uma democratização segregadora em que os mais favorecidos têm maiores oportunidades de acesso à escola e um estudo de melhor qualidade e aos menos favorecidos é garantida uma escola de menor qualidade e profissões pouco valorizadas e menos bem pagas. Segundo Dubet, em contraposição ao pensamento de que uma oferta escolar igual geraria

condições de produzir a igualdade, nota-se que ela não é igual e ainda que “sua própria igualdade pode também produzir efeitos desigualitários acrescentados aos que ela quer reduzir.” Nas palavras deste autor, “caímos assim insensivelmente numa filosofia política menos centrada na igualdade do que na equidade” (DUBET, 2003, pág. 45).

Nessa perspectiva, o princípio da “igualdade” constitui-se como uma promessa impossível de ser realizada no contexto da sociedade de classes e não pode ser tomado como dado, mas como ideal a ser alcançado. Trata-se de um preceito essencial no âmbito das discussões educacionais, mas que é irrealizável no sistema capitalista.

Este cenário pode ser mais bem representado pela publicação do livro de John Rawls: “Teoria da Justiça” em 1971. Nesta obra, o autor propõe a idéia de “justiça com equidade” para as sociedades democráticas. Ele define como princípios: a expansão dos direitos e liberdades dos indivíduos, sem que isto fira os direitos e as liberdades do outro; e o princípio da diferença, em que os menos favorecidos receberiam o maior benefício possível e que todos teriam acesso a posições e cargos “em condições de igualdade equitativa de oportunidades” (RAWLS, 2002, p. 333). A teoria da justiça de Rawls foi acolhida por parte do debate acadêmico e dos setores que implantam políticas sociais nas últimas décadas, por agências internacionais como o Banco Mundial e por parte de diferentes políticas de governo.

Saviani (1998) compreende a equidade como um equilíbrio entre o mérito e a recompensa e, dessa forma, questiona a substituição do conceito de igualdade pelo de equidade na formulação das políticas educacionais, refletindo sobre a complexidade do conceito. Em concordância com a tese de Saviani, este trabalho parte do princípio de que a postulação da equidade possibilitaria “resolver” a contradição insuperável contida no preceito da igualdade, substituindo algo impossível por algo um pouco mais concreto, realizável.

Ainda que a igualdade plena seja irrealizável no sistema capitalista, o enfraquecimento desse princípio, possivelmente ocasionado pela substituição acima referida, possibilitaria encobrir as contradições que impedem sua realização e legitimar as condições deste impedimento. Assim sendo, apresenta-se a hipótese de que as desigualdades sociais, inerentes ao sistema capitalista, possam ser justificadas no preceito da “equidade”. No campo da educação, especificamente, “a ênfase na idéia de equidade parece sugerir, contraditoriamente, uma espécie de desistência do projeto de que todos possam ter uma educação de qualidade” (MIRANDA e RESENDE, 2009).

Questiona-se, desse modo, o fato de que frequentemente o emprego do termo “equidade” possa estar ocorrendo sem maiores reflexões por muitos autores e, por outro lado, ainda que baseada em uma reflexão, possa representar a renúncia da utilização do termo

“igualdade”, o que só confirmaria a impossibilidade deste princípio se realizar. Ou seja, ainda que impossível na prática, o preceito da “igualdade” é importante porque denuncia e se contrapõe à realidade, mantendo, ao mesmo tempo, a possibilidade histórica da emancipação de cada indivíduo.

Este trabalho, portanto, teve como finalidade apreender e discutir o modo como o termo “equidade” tem sido utilizado, e quais os sentidos atribuídos à equidade na educação brasileira contemporânea. Nesta perspectiva, objetivou-se compreender o significado desta mudança de termos e suas decorrências no campo da educação e, ainda, como esta questão da equidade na educação ressoa nas publicações brasileiras referentes a este tema.

Para tanto, na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma seleção dos periódicos mais representativos da área da educação. Esta seleção foi feita mediante qualificação de periódicos disponível no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que os classifica em estratos indicativos de qualidade. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar apenas as revistas da área da educação, classificadas como A1 e A2, resultando num total de seis revistas, quais sejam: Cadernos Cedes, Cadernos de Pesquisa, Educação e Pesquisa, Educação e Sociedade, Pro-Posições e Revista Brasileira de Educação.

Determinou-se que os artigos selecionados para o universo de análise seriam os publicados entre os anos 2000 e 2009, entendendo que este seria um período representativo da produção bibliográfica da última década. Os artigos foram extraídos da Scientific Electronic Library Online – SciELO, biblioteca eletrônica que disponibiliza uma coleção de periódicos científicos brasileiros.

Nesse levantamento dos artigos, estabeleceu-se como critério de seleção a presença dos seguintes termos: “equidade”, “igualdade”, “desigualdade” e “diferença”. Assim, quando um artigo apresentava um ou mais termos era realizada uma leitura parcial a fim de verificar o contexto em que aquele termo estava inserido no texto. Somente após essa revisão, o artigo era selecionado. A partir desses artigos identificados, foi construído um banco de dados estratificado por nome dos autores, periódico, volume, ano e número de vezes que os termos aparecem.

Na segunda etapa da pesquisa optou-se por analisar apenas os artigos que contêm o termo “equidade”, sendo que os artigos que apresentam os demais termos serão analisados em momentos posteriores da pesquisa “Equidade na educação: o eclipse da desigualdade”. Na presente etapa foram construídas planilhas de análise que continham a identificação do artigo,

o resumo e as palavras-chave, quantas vezes o termo equidade aparece, alguns trechos do artigo em que a palavra foi utilizada e as referências bibliográficas em relação ao termo.

O universo investigado, que compreendeu os seis periódicos já mencionados, disponibilizou um total de 1956 artigos. Deste universo, 582 artigos apresentaram os termos: “equidade”, “igualdade”, “desigualdade” e “diferença”, e 178 foram selecionados com o termo “equidade”, conforme indica a tabela 1:

Tabela 1. Artigos publicados, selecionados e que contêm o termo equidade no período de 2000 a 2009.

Periódicos	PERÍODO DE 2000 A 2009		
	Artigos publicados	Artigos selecionados	Artigos com o termo “equidade”
Cadernos Cedes	182	42	2
Cadernos de Pesquisa	298	125	45
Educação e Pesquisa	252	69	21
Educação e Sociedade	550	195	74
Pro-Posições	339	51	14
Revista Brasileira de Educação	335	100	22
Total	1956	582	178

FONTE: Pesquisa Bibliográfica - Periódicos disponíveis no SciELO

Os dados indicam uma maior concentração de artigos selecionados do periódico Educação e Sociedade, com 74 artigos que apresentam o termo equidade, o que corresponde a 41,57%, e uma menor concentração de artigos selecionados do periódico Cadernos Cedes, com 2 artigos, correspondendo a 1,12% dos artigos selecionados.

Através das planilhas de análise, identificou-se 17 temáticas discutidas nos artigos selecionados, sendo elas: Ações afirmativas e Relações de Gênero (9,55%); Avaliação e desempenho escolar (5,06%); Desenvolvimento moral, ética e cidadania (7,86%); Direitos humanos/ Direito à educação (2,81%); Educação de Jovens e Adultos (3,37%); Educação e trabalho (4,49%); Educação infantil (4,49%); Educação superior (6,74%); Exclusão e Desigualdade social (3,93%); Financiamento (3,37%); História e teorias da educação (6,74%); Multiculturalismo/ Estudos Culturais (3,93%); Políticas Educacionais: aspectos gerais (12,92%); Professor/ Formação de Professores (9,55%); Reformas educacionais (11,79%); Tempos e espaços escolares (2,25%); e Outros (1,68%).

Dentre as temáticas principais, as mais recorrentes nos artigos selecionados com o termo “equidade” são: Políticas Educacionais, Reformas Educacionais, Professor / Formação de Professores e Ações Afirmativas e Relações de Gênero.

Apesar das 17 categorias serem distintas, a linha que as delimita é bastante tênue. Nesse sentido, apesar de somente 12,92%, ou seja, 23 artigos terem sido agrupados na categoria “Políticas educacionais: aspectos gerais”, a grande maioria dos artigos selecionados discorre direta ou indiretamente sobre estas políticas e neste sentido, é possível afirmar que o termo “equidade” emerge, sobretudo, no contexto da discussão sobre as políticas públicas e educacionais.

Quanto à existência ou não de discussão sobre o termo “equidade”, os artigos foram agrupados em quatro categorias, como mostra a tabela 2.

Tabela 2. Tratamento dado ao termo “equidade” nos artigos que apresentam esse termo nos periódicos da área de educação selecionados — 2000-2009

Periódicos	QUANTO À DISCUSSÃO DO TERMO EQUIDADE					Total
	Termo não discutido	Abordado indiretamente	Abordado diretamente com referência à literatura	Abordado diretamente sem referência à literatura		
Cadernos Cedes	N	2	-	-	-	2
Cadernos de Pesquisa	N	24	18	2	1	45
Educação e Pesquisa	N	12	7	1	1	21
Educação e Sociedade	N	39	23	7	5	74
Pro-Posições	N	8	6	-	-	14
Revista Brasileira de Educação	N	12	9	1	-	22
Total	N	97	63	11	7	178
	%	54,49	35,39	6,18	3,93	100

FONTE: Pesquisa Bibliográfica - Periódicos disponíveis no SciELO

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero, não resultante de arredondamento

Na categoria **1) Termo não discutido**, foram inseridos os artigos em que o termo “equidade” foi utilizado sem discussão ou conceituação. A categoria **2) Termo abordado indiretamente**, agrupa artigos em que o termo equidade não foi discutido pelo autor, porém, há uma ou mais referências de autores que fazem esta discussão. Na categoria **3) Abordado diretamente com referência à literatura**, são inseridos artigos em que há uma discussão sobre a

temática equidade e ainda existem referências sobre o tema. E na categoria **4) Abordado diretamente sem referência à literatura**, são inseridos artigos que fazem a discussão sobre a equidade ou em que há uma conceituação do termo, porém sem nenhuma outra referência sobre essa temática.

Verifica-se que a maioria dos artigos não conceitua o termo e não discute a temática diretamente. Em outros casos, o termo é apresentado dentro de uma citação ou ainda apresentado pelo próprio autor do artigo, porém junto a uma referência de outro autor que discorre sobre a temática. Nesse sentido, percebe-se uma concentração elevada dos artigos nas categorias 1) Termo não discutido (54,49%) e 2) Termo abordado indiretamente (35,39%).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o termo “equidade” tem sido empregado consideravelmente nos artigos publicados na última década no âmbito educacional, porém abordado de forma indireta. Tal como nos mostram os dados apresentados, este termo tem sido utilizado, porém tem aparecido isolado de uma discussão mais aprofundada sobre seus princípios.

Essa ausência de problematização faz com que o termo “equidade” seja muitas vezes utilizado como sucedâneo do termo “igualdade”, ou seja, permite que estes sejam referidos como princípios equivalentes.

Tal como afirma Miranda, “palavras são categorias lógicas e históricas” e nesse sentido a permuta destes termos significa mais do que uma simples substituição de palavras, gerando conseqüentemente uma perda do significado histórico da igualdade (MIRANDA, 2008).

A utilização do termo “equidade” na ausência de discussão de seus princípios pode sugerir um descuido dos autores que empregam este termo sem refletir sobre seus significados. Outra hipótese a ser considerada é a utilização voluntária do termo equidade como substituto da igualdade. Neste caso, confirma-se a tese apontada anteriormente, de que se escolhe utilizar o termo “equidade” por este ter maiores condições de se concretizar na sociedade capitalista. Porém, esta escolha é contraditória já que acaba por velar a desigualdade social inerente a este sistema e impede a possibilidade de lutar pela igualdade.

Finalmente, é importante considerar que este trabalho terá continuidade haja vista que outros aspectos necessitam ser discutidos, dentre eles, a confirmação da substituição do termo equidade por igualdade e a análise dos termos “igualdade”, “desigualdade” e “diferença” nos artigos publicados em periódicos da educação. Para as etapas posteriores da pesquisa, propõe-se, também, pesquisar o modo como os termos “equidade” e “diferença” emergem nas publicações da área de psicologia no Brasil.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. (2006) **Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Equidade e desenvolvimento**. Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial.

Declaração mundial sobre educação para todos e marco de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. (1990) Jomtien, Tailândia.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Rio Grande do Sul, Unijuí, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MIRANDA, Marília Gouvea de. RESENDE, Anita C.A. **Equidade educativa e desigualdades sociais: retórica e exclusão**. In: PEDROZA FLORES, René; MASSÉ NARVÁES, Carlos (orgs.). *Educación y universidad desde la complejidad globalizada*. México: Universidade Autónoma de México, 2009 (no prelo).

_____. **Equidade na educação: o eclipse da desigualdade**. Goiânia: UFG, 2008. (Projeto de pesquisa).

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **“Equidade e qualidade em educação: equidade ou igualdade?”** PUCviva, n.2, setembro de 1998.